

Ficha de unidade curricular
Doutoramento – Ciência jurídicas
Especialidade de Direito Civil
2020-2021

Unidade curricular

Introdução ao Direito Privado

Tema: Activismo judicial

Docentes responsáveis e respetiva carga letiva na unidade curricular (preencher o nome completo)

José Luís Bonifácio Ramos e João Pedro Charters Marchante

2 horas/semana

Objetivos de aprendizagem (conhecimentos, aptidões e competências a desenvolver pelos estudantes)

Conhecimento dos limites do Direito aplicável pelos tribunais, distinguindo aplicação do Direito e criação do Direito.

O tema, transversal na ciência jurídica, convida ao melhoramento da capacidade de problematização, de investigação, de capacidade de exposição e de diálogo sobre temas jurídicos.

Conteúdos programáticos

- 1- Activismo judicial e fontes do Direito
- 2- Activismo judicial e interpretação da lei
- 3- Activismo judicial, integração das lacunas e redução teleológica
- 4- Activismo judicial e conceitos indeterminados valorativos (por exemplo, no instituto *abuso do direito*).
- 5- Activismo judicial e ponderação de valores e de princípios
- 6- Activismo judicial, aplicação da lei ao caso e equidade
- 7- Activismo judicial e actividade probatória

Os temas podem ser tratados sob várias perspectivas: seja a propósito de certo ordenamento jurídico (privilegiando, neste, o Direito Privado, em especial, o brasileiro e o português, e sempre sem prejuízo de considerações comparatísticas), seja em geral; seja abstraindo da jurisprudência, seja a propósito desta; seja no plano da ciência jurídica, seja no plano da política legislativa, seja no plano da sociologia jurídica.

Demonstração da coerência dos conteúdos programáticos com os objetivos da unidade curricular

Conhecer os temas acima indicados é conhecer factores de que depende a delimitação e caracterização do activismo judicial e do Direito a aplicar pelos tribunais.

Metodologias de ensino (avaliação incluída)

Aulas teórico-práticas (de 2 horas), em regime de seminário, sendo os alunos incentivados a tratar e a discutir sub-temas no âmbito dos vários tópicos, por exemplo, a propósito de texto doutrinário ou de acórdão indicado pelo aluno e aceite pela docência. Segue-se a discussão alargada a todos os presentes. Findo o período das aulas, os alunos elaborarão um relatório escrito (um *paper* com cerca de 30 páginas, excluindo páginas de entrada, índice e bibliografia) sobre tema por si apresentado oralmente.

Na avaliação, que pressupõe a assiduidade, será ponderado o nível e a frequência das intervenções orais, o interesse e o empenhamento demonstrados pelo aluno, bem como a qualidade do relatório escrito.

Convites a Professores, portugueses ou estrangeiros, e a juízes dos tribunais superiores, para palestras em *zoom*, no tempo de aula, também em regime de seminário.

Demonstração da coerência das metodologias de ensino com os objetivos de aprendizagem da unidade curricular

O regime de seminário, perante diálogos científicamente abertos, propicia a sindicância de hipóteses de solução dos problemas concitados pelo activismo judicial, para avanço da ciência, além de facilitar a realização do relatório.

Bibliografia principal

Como bibliografia geral:

AAVV

O Tribunal Constitucional e a Crise – Ensaios Críticos, Org. Gonçalo de Almeida Ribeiro e Luís Pereira Coutinho, Coimbra, Almedina, 2014, pp. 105-131.

AGUILAR, Francisco

A Norma do Caso como Norma no Caso, Sobre a Prático-Axiológica Natureza da Intersubjectiva Realização (Unitária) do Direito, Coimbra, Almedina, 2016.

ALBUQUERQUE, Ruy

“Direito de Juristas – Direito de Estado”, in *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*, Vol. XLII, n.º 2, 2001, pp. 751-807.

ALEXANDER, Lawrence

“Judicial Activism: Clearing the Air and the Head” in *Judicial Activism: An Interdisciplinary Approach to the American and European Experiences*, Nova Iorque, 2015, pp. 15-20

ALLAN, Trevor

Constitutional Justice: A Liberal Theory of the Rule of Law, Oxford, 2001.

AMARAL, Diogo Freitas do

“Da Necessidade de Revisão dos Artigos 1.º a 13.º do Código Civil”, in *Themis*, Ano I - n.º 1, 2000, Coimbra, Almedina, 2000, pp. 9 e seguintes.

ANDRADE, Manuel A. Domingues de

“Fontes de Direito. Vigência, interpretação e aplicação da lei”, in *Boletim do Ministério da Justiça*, n.º 102, Janeiro, Lisboa, 1961, pp. 141-152.

Ensaio sobre a Teoria da Interpretação das Leis, 3ª ed., Coimbra, Arménio Amado Editor, 1978.

ASCENSÃO, José de Oliveira

O Direito – Introdução e Teoria Geral, Almedina

BRANCO, Ricardo

“Ainda a submissão do Juiz à Lei – Breve apontamento sobre os paradigmas clássicos da resolução do problema e sobre o modo como se coloca no direito português”, in *Estudos em Memória do Professor Doutor António Marques dos Santos*, Vol. II, Coimbra, Almedina, 2005, pp. 271-292.

BRITO, Miguel Nogueira de

Introdução ao Estudo do Direito, Lisboa, AAFDL, 2017.

BRONZE, Fernando José

Lições de Introdução ao Direito, 2.ª ed., reimpressão, Coimbra, Wolters Kluwer Portugal / Coimbra Editora, 2010.

“Quae sunt Caesaris, Caesari: et quae sunt iurisprudentiae, iurisprudentiae”, in *Comemorações dos 35 Anos do Código Civil e dos 25 anos da Reforma de 1977*, Vol. II – A Parte Geral do Código e a Teoria Geral do Direito Civi

CAETANO, Marcelo

“O respeito da legalidade e a justiça das leis”, in *O Direito*, ano 81.º (1949), pp. 5-23.

- I, Coimbra, Coimbra Editora, 2006, pp. 77-87.
- CANOTILHO, José Joaquim Gomes / MOREIRA, Vital
Constituição da República Portuguesa Anotada, Artigos 1º a 107º, CRP Anotada Vol. I, 4.ª ed. Revista, Coimbra, Coimbra Editora, 2007.
- Constituição da República Portuguesa Anotada*, artigos 108.º a 296.º, CRP Anotada Vol. II, 4.ª ed. revista, Coimbra, Coimbra Editora, 2010, pp. 514 e 515.
- CASANOVA, J. F. Salazar
O Direito nas Revistas Portuguesas, Coimbra, Almedina, 1992.
- CHIARLONI, Sergio
“Funzione Nomofilatica e Valore del Precedente” in *Direito Jurisprudencial*, São Paulo, 2012, pp. 225-243.
- CHUMBINHO, João
A Constituição e a Independência dos Tribunais, Lisboa, Quid Juris, 2009.
- COMISSÃO DA DIVULGAÇÃO DO CÓDIGO CIVIL, presidida pelo Prof. Doutor Guilherme Braga da Cruz
Código Civil Português – Exposição documental, Lisboa, Ministério da Justiça, 1966.
- CORDEIRO, António M. da Rocha e Menezes
“Lei (aplicação da)”, in *Polis - Enciclopédia Verbo da Sociedade e do Estado*, 3.º Vol., Lisboa/São Paulo, Verbo, 1985, pp. 1046 e seguintes.
“Tendências actuais da interpretação da lei: do juiz-autómato aos modelos de decisão jurídica”, in *Tribuna da Justiça*, ano I (1985) n.º 12, pp. 1 e seguintes. Texto subsequentemente publicado na *Revista Jurídica*, n.º 9 e 10 (1987), Janeiro/Junho, Lisboa, 1987.
- Ciência do Direito e metodologia jurídica nos finais do séc. XX*, Separata da *Revista da Ordem dos Advogados*, Lisboa, 1989.
- Tratado de Direito Civil, I, - Introdução, Fontes do Direito, Interpretação da Lei, Aplicação das Leis no Tempo, Doutrina Geral*, 4.ª ed. reformulada e Atualizada, Coimbra, Almedina, 2012.
- “Das fontes do Direito e da Lei: a História presente”, in *Direito e Justiça, Estudos dedicados ao Professor Doutor Nuno José Espinosa Gomes da Silva*, Vol. I, Lisboa, Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa, 2013, pp. 117-142.
- CORTÉS, António
Jurisprudência dos princípios, Ensaio sobre os Fundamentos da Decisão Jurisdicional, Lisboa, Universidade Católica Editora, 2010.
- DIMOULIS, Dimitri
Positivismo Jurídico: Introdução a uma Teoria do Direito e Defesa do Pragmatismo Jurídico-Político, São Paulo, 2006
- DUARTE, Maria Luísa
Introdução ao Estudo do Direito, Lisboa, AAFDL, 2003.
- FRADA, Manuel A. Carneiro da
Direito Civil, Responsabilidade Civil, O Método do Caso, Coimbra, Almedina, 2006.
- GADAMER, Hans-Georg
Hermeneutik- Wahrheit und Methode: Ergänzungen, Register, Vol. I, 2ª ed, Tübingen, 1993, trad. Portuguesa.
- GONÇALVES, Diogo Costa
“Dogmáticas de transição e o seu lugar na evolução dos sistemas”, in *Revista de Direito Civil*, n.º I (2016), Coimbra, Almedina, 2009.
- HALIS, Denis de Castro
“A Supremacia Judicial em Debate: Ativismo, Fabricação de Decisões e Democracia” in *Direito, Estado e Sociedade*, Rio de Janeiro, 2004.
- HOMEM, António Pedro Barbas
O justo e o injusto, AAFDL, Lisboa, 2001.
- LAMEGO, José
Elementos de Metodologia Jurídica, Coimbra, Almedina, 2016.
- LOPES, J. J. Almeida
“Princípios Constitucionais da Separação de Poderes, da ‘Reserva do Juiz’ e do Estado de Direito Democrático. Evolução do Contencioso Tributário Aduaneiro”, in *Revista do Direito Público*, ano III, 1989, n.ºs 5 e 6.
- LOPES, José Mouraz
“Separação de poderes e criação do Direito: alguns tópicos para reflexão – Discurso de abertura das III Jornadas Açorianas de Direito”, in *Julgars, n.º 25 – Janeiro/Abril 2015*, Coimbra Editora, pp. 11-18.
- LUÍS, Sandra Lopes
Introdução ao Estudo do Direito, Sumários das Aulas Práticas e Hipóteses Resolvidas, Lisboa, AAFDL, 2013.
- MACHADO, João Baptista

Introdução ao Direito e ao Discurso Legitimador, Coimbra, Almedina, 1985.

MIRANDA, Jorge / MEDEIROS, Rui

Constituição Portuguesa Anotada, Tomo I – Introdução Geral, Preâmbulo, Artigos 1º a 79º, Coimbra, Coimbra Editora, 2005.

Constituição Portuguesa Anotada, Tomo II – Organização Económica, Organização do Poder Político, Artigos 80º a 201º, Coimbra, Coimbra Editora, 2005.

Constituição Portuguesa Anotada, Tomo III – Organização do Poder Político, Garantia e revisão da Constituição, Disposições finais e transitórias, Artigos 202º a 296º, Coimbra, Coimbra Editora, 2007.

NEVES, António Castanheira

“Fontes de Direito”, in *Polis – Enciclopédia Verbo da Sociedade e do Estado*, vol. 2, pp. 211 e ss, Verbo, Lisboa/São Paulo, 1986. (e in *Digesta*, vol. I, p. 337 e ss., Coimbra Editora, Coimbra, 1995)

“Interpretação jurídica”, *Polis – Enciclopédia Verbo da Sociedade e do Estado*, 3.º vol., pp. 651 e ss., Verbo, Lisboa/São Paulo, 1985 (e in *Digesta*, vol. I, p. 337 e ss., Coimbra Editora, Coimbra, 1995).

“Método Jurídico”, in *Polis – Enciclopédia Verbo da Sociedade e do Estado*, vol. 4, pp. 211 e ss, Verbo, Lisboa/São Paulo, 1986.

“O Instituto dos Assentos e a Função Jurídica dos Supremos Tribunais”, Coimbra, 1983 (com reprodução parcial em: “Da «Jurisdição» no actual Estado-de-Direito, in *AB VNO AD OMNES, 75 Anos da Coimbra Editora*, Coimbra, Coimbra Editora, 1998, pp. 177-227).

“O poder judicial (a jurisdição), o direito e o Estado-de-Direito”, in *Revista Brasileira de Direito Comparado*, Publicação semestral do Instituto de Direito Comparado Luso-Brasileiro, Rio de Janeiro, 2011, pp. 35-65.

OTERO, Paulo

Lições de Introdução ao Estudo do Direito, I Vol., 1.º Tomo, Lisboa, ed. de autor, 1998.

Lições de Introdução ao Estudo do Direito, I Vol., 2.º Tomo, Lisboa, ed. de autor, 1999.

PALMA, Maria Fernanda

“Constitucionalidade e Justiça: novos desafios para a justiça constitucional”, in *Themis*, Ano I, n.º 1 (2000), 21-31

“Eichmann em Jerusalém - a banalidade do mal ou a excepcionalidade do bem nas sociedades totalitárias”, in *Estudos em homenagem ao Professor Doutor Jorge Miranda*, Ed. da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, Coimbra Editora, vol. VI, 2012, pp. 245-351

PINHEIRO, Luís de Lima

Introdução ao estudo do Direito, Vol. I e II, ano lectivo 2015/2016, diapositivos 351-360

QUEIROZ, Cristina

“A interpretação jurídica”, in *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor Marcelo Caetano, No Centenário do seu Nascimento*, Vol. I, Ed. da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, Coimbra Editora, 2006.

“Constituição e Poder Judicial”, in *20 anos do Código das Sociedades Comerciais*, Vol. II, Coimbra Editora, Coimbra, 2007, pp. 523-534.

RAMOS, Erival

Ativismo Judicial, São Paulo, 2015.

RÜTHERS, Bernd

- *Derecho degenerado. Teoría jurídica y juristas de cámara en el Tercer Reich* (tradução de Juan Antonio García Amado), Madrid, Marcial Pons, 2016.

SAVIGNY, F. Von

Sistema del Derecho Romano Actual, Tomos I-II, Pamplona, Analecta editorial, 2004.

SERRA, Adriano Paes da Silva Vaz

“Discurso do Ministro da Justiça, pronunciado na sessão de abertura dos tribunais em 1 de Outubro de 1940”, sem título, subordinado ao tema «*o papel do juiz na interpretação da lei*» (cf. título atribuído na subsequente publicação deste discurso na *Revista da Ordem dos Advogados*, ano I (1941), n.º 1, 1.º e 2.º trimestres, Lisboa), in *Boletim Oficial do Ministério da Justiça*, ano I, n.º 1, 1940.

“Discurso do Ministro da Justiça, pronunciado na sessão de abertura do ano judicial em 24 de Janeiro de 1944”, sem título, subordinado ao tema «*valor prático dos conceitos e da construção jurídica*» (cf. p. 2 do texto), in *Boletim Oficial do Ministério da Justiça*, ano IV, n.º 21, 1944.

SILVA, Joana Aguiar e

Para uma Teoria Hermenêutica da Justiça – Repercussões Jusliterárias no Eixo Problemático das Fontes e da Interpretação Jurídicas, Almedina, Coimbra, 2011.

SOUSA, Marcelo Rebelo de / GALVÃO, Sofia

Introdução ao estudo do Direito, 5.ª ed., Lisboa, Lex, 2000.

SOUSA, Miguel Teixeira de

Introdução ao Direito, Coimbra, Almedina, 2012.

STRECK, Lenio



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

O Que É Isto- Decido Conforme Minha Consciência? Porto Alegre, 2010.

TELLES, Inocêncio Galvão

Introdução ao estudo do Direito, Vol.s I (1999) e II (2000), 11.^a ed. (refundida e actualizada), Coimbra, Coimbra, 199

VAN COMPERNOLLE, Jean

“L’ Évolution de la Fonction de Juger dans les Ordres Professionnels” in *Fonction de Juger et Pouvoir Judiciaire*, coord por Phi Gérard e Michel van der Kerchove, Bruxelas, 1983, pp. 391-418.

VARELA, João de Matos Antunes

“Do projecto ao Código Civil”, comunicação feita na Assembleia Nacional, no dia 26 de Novembro de 1966, in *Boletim do Ministério da Justiça*, n.º 161, 1966, pp. 5-85.

WOLFE, Christopher

Judicial Activism: Bulwark of Freedom or Precarious Security? Nova Iorque, 1997.